



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq
ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

Vol. 16, número 2, jul-dez, 2023, pág. 37-58

Inclusão social das identidades LGBTQIAPN+

Social inclusion of LGBTQIAPN+ identities

Inclusión social de las identidades LGBTQIAPN+

Adelma do Socorro Gonçalves Pimentel

Resumo

Identidade é um construto abordado em vários ângulos, dimensões e articulação entre raça, gênero e sexualidade. No campo psicológico refere subjetividade, personalidade; no antropológico e sociológico: gêneros, cultura; no campo político de direitos humanos e movimentos sociais a identidade coletiva. Assim, neste texto, metodologicamente, elaborei uma escritura qualitativa interpretativa, em que elucido os conceitos LGBTQIAPN+ em um enfoque histórico e decolonial; o de identidade psicológica e de gêneros. Utilizo o conceito de *fronteira*, proveniente do pensamento complexo proferindo diálogo crítico com documentos científicos: artigos e livros; manuais e cartilhas produzidos no período de 1995 a 2002. Nas análises elaborei as categorias: identidade psicológica; de gênero; saúde e campo psi; luta política. Concluo que na identidade psicológica, o percurso e o processo de “assumir-se” como pessoa não cisgênero para o mundo reproduz a alegoria de ficar no “armário”. Para mostrar-se, assumir-se sem aspas e sem obrigação de defender sua orientação sexual é necessário suprimir a referência heterossexual como baliza identitária.

Palavras chave: identidade; psicologia; gêneros; LGBTQIAPN+; decolonial.

Abstract

Identity is a construct approached from various angles, dimensions and articulation between race, gender and sexuality. In the psychological field, it refers to subjectivity, personality; in the anthropological and sociological: gender, culture; in the political field of human rights and social movements the collective identity. Thus, in this text, methodologically, I elaborated an interpretative qualitative writing, in which I elucidate the LGBTQIAPN+ concepts in a historical and decolonial approach; that of psychological and gender identity. I use the concept of frontier, which comes from complex thinking, proposing a critical dialogue with scientific documents: articles and books;



Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

manuals and booklets produced in the period from 1995 to 2002. In the analyzes I elaborated the categories: psychological identity; of gender; health and psi field; political struggle. I conclude that in psychological identity, the path and process of “coming out” to the world as a non-cisgender person reproduces the allegory of staying in the “closet”. In order to show oneself, assume without quotes and without obligation to defend your sexual orientation, it is necessary to suppress the heterosexual reference as an identity marker.

Keywords: identity; psychology; genders; LGBTQIAPN+; decolonial.

Resumen

La identidad es un constructo abordado desde varios ángulos, dimensiones y articulación entre raza, género y sexualidad. En el campo psicológico, se refiere a la subjetividad, la personalidad; en lo antropológico y sociológico: géneros, cultura; en el campo político de los derechos humanos y de los movimientos sociales la identidad colectiva. Así, en este texto, metodológicamente, elaboré un escrito cualitativo interpretativo, en el cual dilucida los conceptos LGBTQIAPN+ en un enfoque histórico y decolonial; el de la identidad psicológica y de género. Utilizo el concepto de frontera, que proviene del pensamiento complejo, proponiendo un diálogo crítico con documentos científicos: artículos y libros; manuales y folletos producidos en el período de 1995 a 2002. En los análisis elaboré las categorías: identidad psicológica; de género; campo salud y psi; lucha política. Concluyo que en la identidad psicológica, el camino y proceso de “salir del armario” al mundo como persona no cisgénero reproduce la alegoría de permanecer en el “closet”. Para mostrarse, para asumirse sin comillas y sin obligación de defender la orientación sexual, es necesario suprimir la referencia heterosexual como marcador de identidad.

Palabras clave: identidad; psicología; géneros; LGBTQIAPN+; decolonial

Esclarecimento é um movimento que contribui para retirar o véu dos sentidos e para iluminar a compreensão na clareira da existência. Fortalece a posição de pessoas e grupos na esfera pública. Os sujeitos plurais aqui visados são aqueles que se identificam como o multilinguismo *queer*. Devido a um grande desconhecimento das teorizações e das vivências pelo universo cisgênero das comunidades que integram o mundo LGBTQIAPN+, os objetivos deste texto são: a)



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

apresentar os significados presentes na literatura da área sobre as siglas que constituem o alfabeto identitário não binário e o símbolo matemático +, em prol do esclarecimento da sociedade que não transita nos grupos que não estuda a questão; b) examinar textos que tematizam a identidade psicológica e a de gênero não binária. Espero contribuir para a redução de estereótipos, preconceitos e generalizações sobre a pessoa humana.

Metodologicamente elaborei uma escritura qualitativa interpretativa, em que elucidado os conceitos *Lésbica; Gays; Bissexuais; Transexuais; Queer; Intersexo; Assexual; Pansexual; Não-binário* que performam a sigla *LGBTQIAPN+*, em um enfoque histórico o de identidade psicológica e de gêneros; valho-me do conceito de *borrosidade*, indicador de fronteiras, proveniente do pensamento complexo; da teoria *Decolonial*; e da intervenção clínica gestáltica articulando diálogo crítico com documentos científicos: artigos e livros; manuais e cartilhas produzidos no período de 1995 a 2002.

2. O debate sobre a identidade psicológica e de gêneros em adultos

Identidade é um construto abordado em vários ângulos e dimensões. No campo psicológico: subjetividade, personalidade, psíquica; no antropológico e sociológico: identidade de gêneros, cultural, social; na hermenêutica de Paul Ricoeur: identidade narrativa; no campo político de direitos humanos e movimentos sociais: identidade coletiva. (Pimentel, 2003; Ricoeur, 1991; Pimentel, Castro & Miranda, 2019).

Idília Fernandes (2006) critica no conceito a visão estática da permanência e de campo associado ao idêntico:

Ter uma identidade é sinônimo de uma identificação com o que está estabelecido na cultura e no meio social. Desconsidera-se o movimento próprio das alteridades que transformam a realidade a partir da própria condição das diferenças. (p.2). Quando a



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

diversidade não é incluída na constituição da identidade, passa-se pelo processo de estranheza do outro, que será percebido como algo exterior, fora do esperado. Há um fechamento na ideia de unidade e homogeneidade própria dessa visão que cria espaço, para o que não se enquadra tornar-se “inadequado”, indesejável e até intolerável (p.3)

Identidade é igualmente diversidade. Margarida Maria Araújo Bispo & Maria Helena Santana Cruz (2021) aludem à diversidade *sexual e de gênero*, “(...) um termo usado para referir-se de maneira inclusiva a toda a diversidade de sexos, orientações sexuais, identidades e expressões de gênero sem a necessidade de especificar cada uma das identidades que compreendem essa pluralidade (p.2)”.

Ressalto que o enfoque da diversidade é pauta de outros movimentos sociais e coletivos. Por exemplo, Stephanie Lima (2019) escreveu sobre a ação política de negre LGBT na universidade, a partir da observação de estratégias presentes em eventos nacionais. A autora listou três estratégias características dos grupos:

Nós negros e LGBT estamos aqui e estamos conquistando nosso espaço. Atura ou surta!”. Essa frase, repetida no Ato Público do XIV Encontro Nacional em Universidades sobre Diversidade Sexual e Gênero, em 2016, foi lida por uma participante negra, com suas tranças coloridas, ao lado de outras participantes negras com os seios à mostra, e mais “enudianos” *seminus* no “bandejão da Universidade Federal de Rio Grande”. O uso do corpo (com *onu*), da estética (pelas tranças coloridas) e a ênfase na autonomia (no uso do “microfone-humano”) conformam uma série de elementos que se relacionam com um processo de transformação política recente. (Lima, 2019, p.73)

Sobre as questões LGBT, Stephanie Lima menciona que, no ano de 2016 o tema central foi *articulação entre raça, gênero e*



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

sexualidade com a diversidade marcada pela “Participação de indígenas, (...) e mesas compostas exclusivamente por negros e negras LGBT ativistas do movimento trans, de lésbicas e do movimento LGBT” (Lima, 2019, p.78).

Referindo a Identidade Sexual, Ismar Inácio dos Santos Filho (2012) problematiza o termo “heteroafinidade” no âmbito da identidade sexual. O método empregado é a análise da enunciação e do discurso, levantando os sentidos imanentes e os posicionamentos ideológicos envolvidos na palavra:

Nessa percepção, a identidade sexual é algo que faz parte da essência de cada sujeito. O sujeito nasce heterossexual. Ainda, a conduta sexual de um sujeito deve ser única e eterna, caso contrário é tomado como “problemático”. Logo, toda e qualquer conduta diferente da heterossexualidade é encarada como desviante, não natural. (Santos Filho, 2012, p 131)

Iran Ferreira de Melo (2017) discute em seu texto as identidades “periféricas”, forjadas e submetidas à cultura da sexualidade hegemônica heterossexual. Nesta, as ideologias presentes são de dominação e poder sobre o sujeito mulher heterossexual e a lésbica, ou gay, ou homossexual; e do homossexual. O aparato cria simbolismos e autorização a quem é ouvido, visto e ascende a cargos de comando:

Essa hierarquia de sexualidade e de gênero, articulada a partir da oposição macho/masculinidade/atividade sexual versus fêmea/feminilidade/passividade sexual, busca englobar compulsoriamente todas as categorias e identidades sexuais. Quem não se enquadra é percebida/o como uma espécie híbrida e dissidente do cânone cultural. (Melo, 2017, p 210)

Os parágrafos anteriores ilustram a necessidade de abertura da



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

sociedade ocidental para a participação plena dos diferentes sujeitos que constituem as regiões brasileiras, pois embora as pessoas ressaltem em seus discursos que “apreciam mudar”, muitas tem dificuldade em ultrapassar limites “conservadores”, devido ao conforto que o conhecido lhes traz. Esta proposição se aplica ao reconhecimento das diversas identidades. Na especificidade das identidades LGBTQIA+ a heterossexualidade é a norma estática que se deve deixar de adota-la como um parâmetro universal identitário. Deste modo, na escritura exponho elucidações nos campos psicológicos e político de direitos humanos sobre estas identidades como indicativo do pertencimento a sociedade.

Os argumentos demonstram a profundidade e amplitude da questão, o que, de antemão, assinala o não esgotamento do debate e sua complexidade. Identidade neste contexto inclui e transcende a dimensão psicológica e a da sexualidade. Aponta criticamente questões de exclusão e oferece subsídios a compreensão da sigla e da diversidade; da vivência subjetiva do contato organizada em um ponto de vista hermenêutico e gestáltico (Pimentel, 2003; Miguens, 2014).

a) Identidade Psicológica

Identidade, self, caráter e personalidade são termos usados nas teorias psicológicas do desenvolvimento, social e clínica com uma fronteira delimitadora tênue, estando os mesmos imbrincados. Todos se referem aos sujeitos: Eu e o Outro, logo os construtos são qualificativos da singularidade, o que abre a questão sobre a identidade de gênero. Caráter e personalidade em sujeitos LGBTQIA+ são igualmente construídos nas interações familiar, escolar, religiosa, social, política, etc.; logo, a matriz cisgênero não é a única e generalizada referência a ser reconhecida. Claro que é uma questão retórica não trabalhada neste texto, mas indicativa de que a identidade heterossexual não pode ser a norma exclusiva (excludente) que



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

delimita a orientação sexual das pessoas.

Retornando ao argumento principal desta escritura apresento excertos da pesquisa realizada por Claudia Andrade (2016) com adultos universitários de 18 a 29 anos no Porto (Portugal), para avaliar o autoconceito, a autonomia e estatutos da identidade. Ela afirma que “A construção da identidade e o desenvolvimento do autoconceito vão integrar vivências pessoais e prolongam-se além da fase desenvolvimental, dando sentido ao percurso de vida do indivíduo”. (p. 138). O que está asserção significa; a ocorrência de atualização da identidade ao longo da existência, como expectativa ideal, nem sempre realizada; assim, adultos nem sempre estabelecem seus projetos pessoais e autonomia psicológica e social. Na atualidade, em populações heterossexuais há uma dificuldade de alcançar estes indicadores; e nas LGBTQIA+ o problema é ampliado.

Claudia Andrade (2016) prossegue:

Erikson é na psicologia, o primeiro autor a analisar em profundidade a identidade, ao nível conceptual como ao nível da sua formação e desenvolvimento. Em 1968, definiu a identidade de uma forma integrada, em que a dimensão biológica, a vivência pessoal das experiências e o meio cultural dão sentido aos percursos do indivíduo. (p.138)

Sistematizando as proposições tem-se: identidade é resultado da integração biopsicossocial ao longo do ciclo vital, em que a autonomia e os projetos pessoais são estabelecidos, em base aos suportes internos (corpo, personalidade, compreensão de mundo) e externos (institucionais). Um dos componentes importantes da identidade é o autoconceito, entendido como “ Um conjunto de pensamentos e sentimentos que se referem ao *self*, sendo formado a partir das experiências e das interpretações que efetuamdo ambiente que os rodeia, ou seja, permite percepcionarem-se como indivíduos



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

dotados de atitudes, valores e comportamentos”. (Andrade, 2016, p 139).

As percepções sobre seu corpo, sua imagem física e social, sentimento de amor por si mesma e pensamentos positivos acerca da sua cognição e aprendizagem configuram os auto suportes das pessoas LGBTQIA+ (e de todas as demais), uma ação que demanda seu delineamento do nascimento a finitude.

b) Identidade de gênero

Considero necessário apresentar dois estudos no âmbito da Sociologia da Infância. Aponto a pesquisa de Edyr Batista de Oliveira; Edenilce Oliveira de Oliveira & Alan Michel Santiago Nina (2011) feita na grande Belém; e outra realizada por Ericka Marcelle Barbosa de Oliveira & Lenira Haddad (2016) em Maceió

Na grande Belém, os autores refletiram sobre “coisas de menino e coisas de menina” para identificar as percepções e elaborações de 10 crianças, 5 meninas e 5 meninos entre 7 a 10 anos acerca das maneiras que elas foram socializadas pelas famílias em referência a igualdade entre gêneros. Concluíram com o estudo que no intervalo etário já havia uma percepção das diferenças entre gêneros delineadas em família.

Por sua vez, o grupo de Maceió trabalhou com meninos e meninas entre quatro e seis anos, escolares em Maceió, tematizaram as formas que são erigidas as fronteiras de gênero entre eles. A base teórica do seu trabalho refere o pesquisador Willian Corsaro, “As crianças têm culturas infantis singulares, construídas não de uma simples imitação do mundo adulto, mas da produção de significações próprias e da apreensão criativa de informações do mundo adulto de forma a atender aos seus interesses enquanto crianças. (Oliveira & Haddad, 2016, p 429). Pode-se depreender com a afirmação que o



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

preconceito se arraiga, quando adultos mantem uma cadeia da transmissão de referências pejorativas sobre a população LGBTQIA+.

Ericka Marcelle Barbosa de Oliveira & Lenira Haddad , (2016) se valem do conceito de *fronteira* em suas análises: “ Decidimos aludir às fronteiras como muros baixos, que às vezes estão bem demarcadas e defendidas, e outras vezes borradas por meninos e meninas, como se, ao estarem juntos em determinados momentos, o sentido de gênero como fronteira se dissolvesse” (p.437).

A principal conclusão que as pesquisadoras elaboraram foi, “O borramento de fronteiras de gênero se evidenciou nas rotinas de brincadeiras de *cuidado* do outro entre meninos e meninas, de experimentação de artefatos materiais voltados a determinado gênero” (Oliveira & Haddad, 2016 p.451). Decorrente do arremate reafirmam a tese da construção social das identidades, uma consideração inserida em vários outros estudos de gêneros: (...) “Existem atividades que não são restritas às meninas, ou aos meninos, e possivelmente as crianças que participaram da pesquisa não aprenderam essas imposições do mundo adulto, ou não as aceitam e as confrontam por meio de sua ação social” (Oliveira & Haddad, 2016, p 451).

Assim como é cogente abordar as percepções das crianças, refletir sobre a identidade de gênero implica além de reflexões sobre o autoconceito, pontuar a luta política e coletiva para o reconhecimento na esfera pública das identidades LGBTQIA+, significando circulação, irrestritamente livre nos espaços; escolarização; saúde; participação nas câmaras legislativas municipais, estaduais e federais.

Relembro que os estudos LGBTQIA+ atualmente estão inseridos no campo de pesquisas de gênero. Estas são classicamente ligadas aos feminismos, a diferentes grupos acadêmicos e movimentos sociais. Nele, destacam-se as pesquisas de Joan Scott (1995) situando gênero como uma categoria histórica e analítica para a interrogação e



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

compreensão das relações desiguais e assimétricas e injustas entre homens e mulheres no cotidiano da sociedade. Por sua vez, Teresa de Lauretis (1987) inclui em seu ponto de vista os conceitos de gendramento e engendramento que contribuem para a crítica ao contexto em que as relações de poder são elaboradas e ao próprio conceito de relações de gênero, refutando teses reducionistas, ressaltando a complexidade, os paradoxos, os sistemas de dominações, relações de poder-saber e os mecanismos que operam nas relações sociais produtoras das desigualdades de relações de gêneros. Este modo de pensar favorece produzir maneiras de resguardar a saúde mental da coletividade LGBTQIA+; e ampliar as ações equitativas de direitos e cuidados.

Na contemporaneidade os estudos de gêneros abarcam a perspectiva pós-estruturalista sobre gêneros e sexualidades. Arthur Furtado Bogéa (2021), em uma pesquisa bibliográfica, estabeleceu um diálogo com a teoria *queer*, em que o eixo analítico do seu texto é o exame da linguagem e dos discursos:

A teoria *queer* busca mostrar a sexualidade como um dispositivo histórico de poder para regular a sociedade a partir de um sistema de linguagem/discurso que normaliza e opera em binarismos, colocando sujeitos que fogem desses binarismos como abjetos, anormais, indesejados etc. busca questionar os quadros regulatórios da sexualidade e orienta a se desconfiar daquilo que é tido como inquestionável e “normal”. (Bogéa, 2021, p 129)

Bogéa (2021) elencou vários métodos ligados ao pós-estruturalismo destacando dois (citam três, mas referem dois) que são bastante usados nas ciências humanas e sociais no campo de gêneros: a *desconstrução*; a *arqueologia* e a *genealogia*. Em relação à teoria *queer* destaca-se a atualização do campo semântico ligado à palavra,

A centralidade no papel da linguagem e do discurso para a



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

construção das significações na constituição social e na avaliação das epistemologias é contribuição do pós-estruturalismo, que defende a inseparabilidade entre linguagem, cultura, verdade e poder, reafirma a importância da estrutura, não na constituição do sujeito, sim na determinação das diferentes posições de sujeitos que emergem nas relações sociais. (p.132). (...) O termo *queer*, denomina uma linha de pensamento e pesquisa, representa um ato político, pois toma aquilo que era significado como injúria, vergonha e o transforma em uma categoria de luta contra as estruturas normalizadoras que excluía, marginalizava ou mesmo eliminar as pessoas que não estavam dentro da referência que a sociedade estabeleceu para os gêneros (p.135).

Outra perspectiva importante para este estudo é o enfoque decolonial. José Bernardino-Costa & Ramon Grosfoquel (2016) situam a origem inglesa dos estudos “pós-coloniais”, associada à quebra dos grilhões da escravidão as colônias africanas e asiáticas. Os autores, entretanto, sobressaem a pujança das publicações do “Grupo de Estudos da Subalternidade do Sul da Ásia, liderado, na década de 1980, pelo historiador Ranajit Guha. Visava desmantelar a razão colonial e nacionalista na Índia, restituindo aos sujeitos subalternos sua condição de sujeitos plurais e descentrado”. (Bernardino-Costa & Grosfoquel, 2016, p 16). Também alertam para atentar a um novo risco de colonização, agora a “intelectual” devido à origem da teoria pós-colonial. O enfrentamento se deu quando, (...) a rede de pesquisadores da decolonialidade lançou outras bases e categorias interpretativas da realidade a partir das experiências da América Latina” (p.16). Situam o ano de 1492 como marco histórico do desenvolvimento de projetos de poder e dominação; origem na Europa da ideologia da modernidade, do racismo e da escravidão disseminada mundialmente, “(...) A centralidade do conceito de colonialidade do



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

poder, entendido como a ideia de que a raça e o racismo se constituem como princípios organizadores da acumulação de capital em escala mundial e das relações de poder do sistema-mundo”. (p.17).

As reflexões de José Bernardino-Costa & Ramon Grosfoquel (2016) tem consequências de instituir a concepção de *fronteiras*, um suporte para a luta política das comunidades LGBTQIA+, “Na perspectiva do projeto decolonial, as fronteiras não são somente espaço onde as diferenças são reinventadas, são também *loci* enunciativos de onde são formulados conhecimentos a partir das perspectivas, cosmovisões ou experiências dos sujeitos subalternos”. (p.19).

Ancorar as análises nos suportes citados contribui para que a concepção de gênero seja mais pensada a partir das diferenças sexo/gênero, mas como multiplicidade, heterogeneidade e relações de forças no campo de disputas de saberes e de poderes a respeito do corpo e dos modos de vida de gays, lésbicas, transexuais, bissexuais...

c) Luta política coletiva.

As siglas indicam reivindicação identitária pelas comunidades e associações LGBTQIA+. Guilherme Engelman Bortoletto (2019) pondera que inicialmente os grupos faziam uso do termo GLS,

Que incluía unicamente os gays, as lésbicas e simpatizantes. Com a revelação de outras homossexualidades que ainda se mostravam distintas daquelas que eram representadas, novas siglas, termos e conceitos. No ano de 2005, no XII Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Transgêneros, que a letra “b”, de bissexuais, passou a fazer parte oficialmente da sigla, tal como foi onde ocorreu a conciliação de que a letra “t” passaria a referir igualmente aos indivíduos travestis, transexuais, e transgêneros dentro da



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

comunidade. Posteriormente, a sigla LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros) se tornaria a denominação oficial, conforme aprovado pela I Conferência Nacional GLBT (gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros). Mesmo que uma decisão recente, a sigla continua em mudança. Nos meios de militância, ainda surgem novas letras para representar novas homossexualidades, como o “i” de intersex, o “q” de *queer* e o “a” de agêneros e assexuado. (p.10- 11)

Vários manuais estão disponíveis no *Google acadêmico* produzidos pelas diversas associações para informar e elucidar o universo linguístico que permeia a identidade LGBTQIA+; porém as abordagens não incluem todas as siglas. O Manual de Comunicação LGBT elaborado em 2015 pela Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT, para orientar o trabalho de jornalistas afirma que, “Basicamente, há três orientações sexuais preponderantes: pelo mesmo sexo/gênero (homossexualidade), pelo sexo/gênero oposto (heterossexualidade) ou pelos dois sexos/gêneros (bissexualidade).” (Manual, 2015, p 10).

O documento da ABGLT apresenta termos menos conhecidos da sociedade em geral, que constituem a linguagem específica da comunidade, que seu conhecimento contribui para o debate do campo. Respectivamente, ligados à designação sexual cirúrgica: “**F to M / FTM / F2M**: utilizadas para designar a mudança biológica do órgão sexual feminino para o masculino; **M to F / MTF / M2F**: utilizadas para designar a mudança biológica do órgão sexual masculino para o feminino.” (Manual, 2015, p 17).

Toni Reis (2018) organizou o Manual de Comunicação LGBTI+ derivado da elaboração de um grupo de trabalho, uma realização da rede GayLatino e da Aliança Nacional LGBTI, objetivando apresentar e elucidar vários conceitos, dos quais comentarei, como a identidade



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

de gênero, o símbolo + e o significado da letra I: “O símbolo + diz respeito à inclusão de outras orientações sexuais, identidades e expressões de gênero” (Reis, p.13).

O organizador aponta no manual que a Intersexualidade, “É um termo guarda-chuva que descreve pessoas que nascem com anatomia reprodutiva ou sexual e/ou um padrão de cromossomos que não podem ser classificados como sendo tipicamente masculinos ou femininos” (Reis, 2018, p.13). Entretanto a conceituação requer ampliar o conhecimento da sociedade acerca da questão.

Paula Sandrine Machado (2008) problematiza o “gerenciamento” da intersexualidade, que entendo ser uma dimensão existencial complexa e de difícil compreensão, quando se exclui a clamor de viventes, priorizando o discurso científico e excludente. Moara de Medeiros Rocha Santos e Tereza de Araujo (2003) refletiram sobre a clínica da intersexualidade, antes da configuração do Consenso de Chicago publicado em 2005. Santos revisou a literatura científica e identificou que,

O termo intersexo tem sido empregado em estudos psicossociais, e a denominação genitália ambígua é peculiar ao vocabulário médico em geral. De um modo ou de outro, é importante explicitar que os casos específicos diagnosticados como hermafroditismo verdadeiro, pseudo-hermafroditismo masculino e pseudo-hermafroditismo feminino pertencem à classificação do desenvolvimento sexual anormal. (Santos, 2003, pp. 26-27).

No cenário médico as referidas orientações são para a cirurgia “corretiva”, de retirada dos órgãos genitais “excedentes”. Quanto às intervenções clínicas dos profissionais de saúde, Moara de Medeiros Rocha Santos e Araujo apontam recomendações de Diamond,

A assistência aos casos de intersexo requer uma atuação desde o plano de diagnóstico e tratamento até um acompanhamento ao



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

longo do desenvolvimento no ciclo vital, no que diz respeito à dimensão psicossocial. De acordo com o desenvolvimento da criança, é possível iniciar aconselhamento com discussões sobre a sexualidade associadas à condição intersexuada (presença ou ausência de menstruação, fertilidade ou infertilidade, adoção, contracepção, opções de orientação sexual, vida marital). Durante a puberdade, devem ser apresentadas as opções cirúrgicas e endocrinológicas envolvendo cirurgia corretiva e a mudança de gênero. Se a mudança de gênero for considerada, que o paciente faça um teste, vivendo por algum tempo de acordo com o sexo almejado, o que possibilitaria um primeiro ajustamento e a construção progressiva de outro papel social. (Santos, 2003, p 29).

Completo as referências para a atuação de Psicólogos na clínica mencionando resoluções emitidas pelo Conselho Federal de Psicologia, CFP: 001/99 normatiza a atuação profissional em relação à Orientação Sexual. CFP 01/2018 sobre a identidade de gênero, eliminação da transfobia, preconceito e discriminação de pessoas transexuais e travestis. (CFP, 1999,2018)

Paula Sandrine Machado situa historicamente as diversas nomeações praticadas no ocidente,

No decorrer do tempo, observa-se que foram sendo propostas e negociadas modificações nas formas de nomenclatura, classificação e apreensão de categorias para se remeter às “variações da diferenciação sexual”, desde a antiga concepção de “hermafroditismo”, passando pela “intersexualidade” do século XX e chegando à definição atual de “Disorders of Sex Development” (DSD) (Machado, 2018, p 109).

A autora alude negociações realizadas entre os integrantes das sociedades científicas para “alteração” da designação: de hermafrodita para intersexual e Desordens do desenvolvimento na esfera da



Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

sexualidade. Indago, quais as contribuições das mudanças na superação do preconceito e ao acolhimento de viventes em prol da auto aceitação? A prioridade do debate é responder outra questão: “definir para corrigir” os corpos.

Machado elenca os atores envolvidos na “escolha” do corpo que “vence” o alinhamento: são médicos, juristas, ativistas políticos, religiosos, pessoas intersex e familiares. E,

(...) Até o início do século XIX, as decisões envolvendo o estatuto de uma pessoa intersex estavam a cargo de advogados e juízes. A pertinência da nomenclatura “intersex” e as categorias de “hermafroditismo” e “pseudo-hermafroditismo” nela compreendida foram questionadas de forma “oficial” no domínio médico com a publicação, em agosto de 2006, do “Consenso de Chicago”, no qual está proposta a utilização do termo “Disorders of Sex Development” (DSD) no lugar da antiga nomenclatura “Intersex” ou “Estados Intersexuais”. Um grupo de cinquenta “especialistas” médicos de diversos países e, dois ativistas políticos reuniram-se em 2005, em Chicago para discutir o “manejo” médico da intersexualidade. A partir dessa reunião, foi elaborado o documento. (Machado, 2018, p 110).

Caberia uma reflexão da citação acima. De repente, trazer para cá o seguinte trecho: Indago, quais as contribuições das mudanças na superação do preconceito e ao acolhimento de viventes em prol da auto aceitação? A prioridade do debate é responder outra questão: “definir para corrigir” os corpos.

d) Campo Psi e Saúde: aqui aponto elementos vinculados ao campo das práticas psicológicas referentes à identidade; a política pública para a população GLBTQIA+, examinando ausências na atenção à saúde mental no SUS que provocam sofrimento.

Luiz Eduardo de Almeida, Julicristie Machado de Oliveira,



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

Valéria de Oliveira e Fábio Luiz Mialhe (2022) revisam a literatura sobre a produção científica em saúde para a população LGBTQIA+, com a hipótese de que há um “viés ideológico LGBTQIA+fóbico” em uma conhecida base de dados. Mencionam que a política pública em saúde foi regulamentada pela,

Portaria nº 2.836, de 01 de dezembro de 2011, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, PNSI-LGBT apresenta, entre suas diretrizes e objetivos, o tema da diversidade sexual e de gênero no cotidiano dos processos de trabalho do SUS, enfatizando a implementação da inclusão dos campos: nome social, orientação sexual e identidade de gênero na ficha de cadastro individual do e-SUS, e na ficha de notificação de violência no Sistema de Informação de Agravos de Notificação. (p.2)

Além da inclusão, a saúde mental é uma questão recorrente na comunidade GLBTQIA+, em que a ansiedade se manifesta intensamente. Leilane Camila Ferreira de Lima Francisco; Alice Correia Barros; Mariana da Silva Pacheco, Antonio Egidio Nardi, & Verônica de Medeiros Alves (2020) elaboraram uma revisão integrativa sobre ansiedade e minorias de gênero. No texto antecedem esclarecimentos sobre o conceito e identidade de gênero, orientação sexual compreendida como,

(...) a capacidade de cada indivíduo ter atração por outro de gênero diferente, igual ou ambos. Pode ser homossexual quando sente atração pelo mesmo sexo, heterossexual quando se atrai pelo sexo oposto, bissexual quando sente atração por ambos os sexos, assexual quando não sente atração por nenhum sexo e pansexual quando se sente atraído por pessoas, independentemente de sua identidade de gênero ou sexo biológico. (Francisco et al, 2020, p



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)
49).

Assinalam que a exclusão social e o desrespeito estão contidos na gênese da manifestação ansiosa; e que, “(...) independentemente da orientação sexual entre as minorias sexuais e de gênero, o surgimento da ansiedade tem forte relação com a falta de suporte, o estigma da sociedade, família e amigos e a vergonha por não seguir padrões heteronormativos”. (Francisco, et al, 2020, p 56).

Na configuração dinâmica da identidade psicológica, o percurso e o processo de “assumir-se” como pessoa não cisgênero para o mundo reproduz a alegoria de ficar no “armário”, uma imagem bastante conhecida. Convido a imaginar o que sentem as pessoas no claustro? Um conjunto de **faltas** são vivenciadas dentro deste espaço metafórico, fechado, convivendo com objetos e coisas, não com iguais; com diálogo unicamente com seus pensamentos; sentindo o ar perder o fluxo e esgotar-se.

Para mostrar-se fora do espaço do armário indago quais estradas para saída? Penso que, assumir-se sem aspas e sem obrigação de defender sua orientação sexual é escolha existencial do *vir-a-ser*, oriunda da compreensão. Nesta lógica não há “necessidade” de “assumir”, pois sua configuração ocorre em todo o ciclo vital. *Vir-a-ser* implica responsabilizar-se existencial e socialmente pelos seus atos, e desenvolver escolhas justas. É uma ação de saúde decorrente da inclusão e do desenvolvimento emocional pleno de alguém; não componente da premissa da obrigatoriedade que, implica tomar uma decisão constantemente contestada pelos homens e mulheres que governam na esfera pública.

É saúde mental que possibilita reduzir sofrimento psicológico e/ou psicossomático de quem decide que a rua é o seu espaço de circulação. Assumir-se como aceitar a afronta é traço de saúde, igualmente o “armário” é uma regra desnecessária na ausência



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

da norma padrão compulsória da heterossexualidade.

Chico Moreira Guedes (2012) traduziu o texto *Being Queer* escrito em 1969 por Paul Goodman, coautor do livro *Gestalt-terapia*. O conteúdo biográfico versa sobre sua vivência homossexual nos Estados Unidos da América, nos anos de 1970 quando participava do Movimento de Liberação Gay. Goodman abordou a polaridade aceitação-rejeição do modo de viver de uma pessoa homossexual, e a adoção da identificação *nigger queer*, dois termos que conotam significações pejorativas, excludentes e limitantes. Também afirma em seu percurso existencial que “A liberdade é invisível” (Guedes, 2012, p36). Esta frase denota a concepção ontológica de humanidade, e a expressão da igualdade ao exercício da cidadania pelos e entre os seres humanos.

Guedes traduz a proposição de Paul Goodman acerca da função de exploração atribuída ao comportamento sexual, capaz, pela intensidade e frequência, de gerar doenças psicológicas e fronteiriças, “Na maioria das sociedades humanas, a sexualidade sempre foi uma área a mais na qual as pessoas podem ser injustas, ricos comprando pobres, machos abusando das fêmeas, *sahibs* usando os *niggers*, adultos explorando os jovens, mas acho que isso é neurótico” (Guedes, 2012, p 37).

3. Compor outro tecido para a comunicação, exercício do poder e prática de relações horizontais

O encerramento de um texto é uma das tarefas mais difíceis devido a necessidade de autores elucidarem sistematicamente a argumentação. O título que escolhi ressalta a busca de práticas comunicativas, de saber e poder e relações horizontais. Todos estes elementos integram os debates sobre identidade psicológica; cultural e de gêneros.



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

Pesquisas e textos em prol do esclarecimento social favorecem o enfrentamento e eliminação da *transfobia*, bifobia, de homicídios e desconhecimentos à população LGBTQIA+ nas esferas pública e privada. Com uma abordagem intertextual e interseccional balizei a posição dos argumentos: a) atualização da prática inclusiva; b) *borramento* das fronteiras binárias; c) pensamento *decolonial*, sobretudo o produzido por intelectuais orgânicos transformadores que auto interrogam o seu teorizar, evitando repetir as justificativas elaboradas por intelectuais hegemônicos.

O trabalho intelectual e de toda a sociedade ocidental requer conexão à luta política das comunidades LGBTQIA+. Assim, pode ser instituída como referência generalizada a equidade e a distribuição equitativa e igualitária dos bens materiais e do acervo cultural da humanidade. Ao apresentar os significados das siglas LGBTQIA+ e algumas questões que permeiam o campo das identidades proponho a contribuir para a atualização do conhecimento que se vale do saber produzido pelos viventes das comunidades. Esta é uma ação respeitosa de reconhecimento à diversidade e a diferença.

Referências

- Almeida, Luiz Eduardo de et al. (2022). Produção científica em saúde da população LGBTQIA+: uma análise crítica do conteúdo da literatura. *Saúde e Sociedade*[online]. v. 31, n. 4
- Andrade, Cláudia (2016). A construção da Identidade, Autoconceito e Autonomia em Adultos Emergentes. *Psicologia Escolar e Educacional*, Volume 20, Número 1, Janeiro/Abril de 2016: 137-146.
- Bispo, MMA, & Cruz, MHS (2021). Diversidade sexual e de gênero: facetas de uma luta silenciosa ao longo dos séculos. *Revista de pesquisa e divulgação do conhecimento*, 2 (1), e12379-e12379.
- Bogéa, Arthur Furtado (2021). Pós-estruturalismo e teoria *queer*: novos discursos sobre a multiplicidade de gêneros e sexualidades. Ano XVII. n. 05. maio/2021 – NAMID/UFPB <http://periodicos.ufpb.br/index.php/tematica/index> pp. 128-142



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

Bortoleto, Guilherme Engelman (2019), LGBTQIA+: Identidade e Alteridade na Comunidade. USP, ECA.

CFP (1999). Resolução, n 1999. Disponível em <https://site.cfp.org.br/>

CFP (2018). Resolução n 2018. Disponível em <https://site.cfp.org.br/>

Costa, Joaze Bernardino & Grosfoguel, Ramón. (2016), Decolonialidade e perspectiva negra. *Revista Sociedade e Estado* – Volume 31 Número 1 Janeiro/Abril.

Francisco, Leilane Camila Ferreira de Lima; Barros, Alice Correia; Pacheco, Mariana da Silva, Nardi, Antonio Egidio, & Alves, Verônica de Medeiros (2020). Ansiedade em minorias sexuais e de gênero: uma revisão integrativa. *Rev. Bras Psiquiatr.* 2020;69(1): 48-56

Fernandes, Idília (2006). O lugar da Identidade e das Diferenças nas Relações Sociais. *Revista Virtual Textos e Contextos*, n 6, Dez.

Guedes, Chico Moreira (2012). Ser Queer, tradução de *Being Queer* de Paul Goodman (1969). *Bagoas*, n 7, pp. 32-41

Lauretis, Teresa de (1987). *A tecnologia do gênero*. Indiana University Press.

Lima, Stephanie (2019). Nós negros e LGBT estamos aqui!": Raça, gênero e sexualidadena Ação política em universidades. *Conexão política*, Teresina v. 8, n. 1, 71- 89, jan./jun.

Marcos, Maria Lucília (2011). Identidade narrativa e ética do reconhecimento. *Études Ricoeuriennes / Ricoeur Studies* 2 (2): 63-74.

Melo, Iran Ferreira de. (2016). Breves notas históricas sobre sexualidades e identidades de gênero periféricas: o alvorecer do movimento LGBT no mundo. *Bagoas*, n 14, 205-232

Miguens, Sofia. (2014). Problemas de identidade pessoal. *Filosofia. Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 18(1). DOI: <https://doi.org/10.21747/429>

Machado, Paula Sandrine (2008). Intersexualidade e o “Consenso de Chicago” as vicissitudes da nomenclatura e suas implicações regulatórias. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 23 (68).

Oliveira Junior, Edyr Batista de; Oliveira, Edenilce Oliveira de; Nina, Santiago Michel (2011). Coisas de Menino e coisas de menina: a percepção da criança sobre o universo de gênero. In *Mulheres Amazônidas – cenários, histórias*. Org: Maria Angélica Mota-



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

Maués; Maria Luzia Miranda Álvares; Eunice Ferreira dos Santos.
GEPEM.

Oliveira, Ericka Marcelle Barbosa de & Haddad, Lenira (2016). Entre meninos e meninas: fronteiras de gênero borradas em contexto de educação infantil. In Dossiê “Ser criança no Brasil Hoje: (re) invenções da infância em contexto de mudança social”. *Latitude*, vol. 10, nº 2, pp. 425-454.

Pimentel, Adelma (2003). *O Psicodiagnóstico em Gestalt-terapia*. Summus Ed.

Pimentel, Adelma & Castro, Ewerton Helder Bentes de (2019). Ajustamento criativo e enfrentamento a subalternidade por mulheres negras e lésbicas. *Pluralidades em Saúde Mental*, v. 8, n. 1, p. 113-126, jan./jun.

Reis, Toni (Org.) (2018) *Manual de Comunicação LGBTI+*. 2ª edição. Aliança Nacional LGBTI / GayLatino.

Ricoeur, Paul. (1991). *O si-mesmo como um outro*. Tradução de Luci Moreira Cesar. Papyrus.

Santos, Moara de Medeiros Rocha & Araújo, Teresa Cristina Cavalcanti Ferreira de (2003). A clínica da intersexualidade e seus desafios para os profissionais de saúde. *Psicol. cienc. prof.* 23 (3), set, <https://doi.org/10.1590/S1414-98932003000300005>

Scott, Joan (1995) Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, 16 / (2): 5-22, jul-dez.

Recebido: 03-2023 Aceito: 10-04-2023 Publicado: 01-07-2023

Autora

Adelma do Socorro Gonçalves Pimentel

Titular na Universidade Federal do Pará – IFCH/PPGP. Vice-

coordenadora do PPGP. ORCID: [https://orcid.org/0000-0003-0048-](https://orcid.org/0000-0003-0048-4976)

[4976](https://orcid.org/0000-0003-0048-4976). E-mail: adelmapi@ufpa.br